

Outros cursos:

Curso de Gestão Crises da NATO — Escola da Nato, Alemanha, fevereiro 2015.

Curso de Gestão da Emergência, ENB, Sintra, maio 2014.

Curso de Gestão Operacional II, ENB, Lousã, maio 2014.

Curso de Gestão Operacional I, ENB, São João da Madeira, abril de 2014.

Curso Organização Jurídica Administrativa e Operacional, ENB, Sintra, abril de 2014.

Curso de Segurança e Comportamento de Incêndio Florestal, ENB, Lousã, fevereiro de 2014.

Curso de Gestão Civil de Crises (IV CGC 2013), IDN, março a maio de 2013.

Curso de Técnicas de Apoio à Decisão, ENB e IESM, fevereiro de 2011.

Curso Cooperação Civil Militar (CIMIC), IESM, março 2010.

Curso de MEDIATRANING, INA, março 2010.

Curso de Negociação e Tomada de Decisão, SGMAL, maio 2008.

Curso de Analistas de Incêndios Florestais, DGRF, Lousã, novembro 2006.

IV. Experiência profissional:

junho de 2008 a junho 2016 — Adjunto de Operações Nacional no Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

abril 2016 — Integrou uma missão do mecanismo europeu, no apoio ao sismo no Equador;

junho de 2009 a junho 2016 — função de oficial de ligação da ANPC, junto do Secretariado Permanente do Gabinete Coordenador de Segurança do Sistema de Segurança Interna.

abril de 2007 a junho de 2008 — Adjunto de Operações Distritais no Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, da ANPC. maio e outubro de 2006 — Elemento de ligação da DGRF à Célula de Apoio e Decisão do CNCS do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil, no âmbito da Diretiva Operacional n.º 1/2006.

2002-2007 — Representante da DGRF no Grupo Internacional de Peritos sobre Incêndios Florestais, no âmbito da DG Ambiente e do *Joint Research Centre (JRC)*.

1999-2007, desempenhou funções técnicas na Direção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) na área da Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI).

V. Condecorações e Louvores:

2015 — Louvor n.º 590/2015, publicado no *DR*, 2.ª série, de 2 de novembro, atribuído S. Exa o Secretário de Estado da Administração Interna, no desempenho de função de Adjunto de Operações Nacionais.

2012 — Medalha de Mérito de Proteção e Socorro, no grau cobre e distintivo laranja, atribuída pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil — Despacho n.º 14910/2012, de 21 de novembro.

2011 — Louvor n.º 289/2011, publicado no *DR*, 2.ª série, de 27 de abril, atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, no desempenho de função de Adjunto de Operações Nacionais.

209658282

Despacho n.º 8109/2016

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio;

2 — Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC, não apenas para o normal funcionamento da mesma, mas, também, para assegurar às fases mais críticas do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, visando garantir a prossecução das atribuições cometidas à ANPC;

3 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional José Moura, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, designo, em substituição, para exercer funções de 2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, o Licenciado Manuel Bernardo Pinheiro Duarte.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das

necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo.

c) O presente despacho produz efeitos a 3 de junho de 2016.

30 de maio de 2016. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General (R).

Nota curricular

I. Dados pessoais:

Nome: Manuel Bernardo Pinheiro Duarte

Data de nascimento: 6 de maio de 1953

II. Formação académica:

Licenciatura em Engenharia dos Recursos Florestais

III. Formação complementar mais relevante:

Curso de Gestão da Emergência (Eq. Postos de Comando Nível I); Curso de Gestão Operacional I e II; Curso Organização Jurídica Administrativa e Operacional; Curso de Segurança e comportamento do Incêndio Florestal; Curso de Técnicas de Apoio à Decisão pelo Instituto de Estudos Superiores Militares; Curso Utilização de Fogos Técnicos de Supressão, Análise e Comportamento de incêndios Florestais; Curso de Fogo Controlado; Curso de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Curso: Organisation de la Lute Contre les Feux de Forêts en France et Organisation des Postes de Commandement (1 semana no Service Departamental D'Incendie e de Secours de la Gironde); Curso de Caracterização do Risco de Incêndio Florestal; Curso sobre Comportamento de Incêndio Florestal; Curso de Gestão de Recursos e Informação de Defesa da Floresta Contra Incêndios; Curso de Técnicos Coordenadores de Centros de Prevenção e Detecção; Curso para Dirigentes da Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral; Curso de Formação de Formadores; Curso de Determinação das Causas de Incêndios Florestais; Curso de Sensibilização e Extração Florestal.

IV. Experiência profissional:

2013/2016 — 2.º Comandante Operacional Distrital de Aveiro (ANPC/CDOS de Aveiro);

2008/2013 — Adjunto de Operações Distrital de Aveiro (ANPC/CDOS de Aveiro);

2006/2008 — Técnico Especialista da DGRF/ Defesa da Floresta Contra Incêndios do Distrito de Aveiro, Coordenador da Prevenção Estrutural e dos Sapadores Florestais, Técnico Credenciado em Fogo Controlado pela DGRF e Técnico Especialista em Análise e Comportamento do Fogo;

2004/2006 — Coordenador do Centro de Prevenção e Detecção de Fogos Florestais do Distrito de Aveiro;

2002/2004 — Técnico do Núcleo Florestal do Centro Litoral;

1997/2002 — Supervisor do Agrupamento de Zonas Agrárias do Baixo Vouga, (Equiparado a Diretor de Serviços);

1995/1997 — Chefe da Zona Florestal do Baixo Vouga em regime de substituição e Coordenador das Brigadas de Investigação de Fogos Florestais do Distrito de Aveiro;

1994/1995 — Responsável pela Administração Florestal do Bussaco;

1993/1994 — Técnico Florestal na Administração Florestal de Aveiro;

1988/1993 — Chefe de Sub-Região e Chefe de Zona Florestal na empresa Celulose Beira Industrial (CELBI) e Coordenador dos meios aéreos no combate a fogos florestais como representante das empresas de celulose (ACEL);

1976/1988 — Técnico Florestal: Administração Florestal de Monção, Circunscrição Florestal de Viseu e S. Pedro do Sul e coordenador dos meios aéreos no combate a fogos florestais.

V. Condecorações e Louvores:

2015 — Louvor atribuído pelo Senhor Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2009 — Louvor atribuído pelo Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil

209658022

Despacho n.º 8110/2016

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio;

2 — Considerando a necessidade de garantir a continuidade do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC, não apenas para o normal funcionamento da mesma, mas, também, para assegurar às fases mais críticas do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais, visando garantir a prossecução das atribuições cometidas à ANPC;

3 — Considerando que o atual Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto, o Tenente-Coronel de Infantaria Carlos Alberto Rodrigues Alves, termina a comissão de serviço a 02 de junho de 2016;

4 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, de termo o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional José Manuel Moura, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, designo, em substituição, para exercer funções de Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro do Porto, o Tenente-Coronel de Infantaria Carlos Alberto Rodrigues Alves.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo.

c) O presente despacho produz efeitos a 03 de junho de 2016.

30 de maio de 2016. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General (R).

Nota Curricular

I — Dados pessoais

Nome: Carlos Alberto Rodrigues Alves
Data de Nascimento: 23 de novembro de 1965

II — Formação académica

Licenciatura em Ciências Militares da Academia Militar, o Curso de Promoção a Capitão e o Curso de Promoção a Oficial Superior.

III — Formação complementar mais relevante

Dos vários Cursos Militares que possui, destacam-se:
Curso de Comandos;
Curso de Operações Especiais;
Curso de Paraquedismo
Curso de Nadador-Mergulhador de Combate, este último, frequentado na Escola de Mergulhadores da Armada.

No âmbito da Proteção Civil, possui vários Cursos de Formação, tanto Nacionais como Internacionais.

IV — Experiência profissional

Exerce funções de Comandante Operacional Distrital da Autoridade Nacional de Proteção Civil desde 01 de junho de 2010.

Tenente-Coronel de Infantaria tendo sido promovido ao atual posto em 03 de dezembro de 2010.

Ao longo da sua carreira, prestou serviço em várias Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do Exército, nomeadamente no Centro de Instrução de Operações Especiais onde desempenhou diversas funções, desde Comandante de Pelotão, Instrutor das diversas matérias específicas dos Cursos de Operações Especiais a Adjunto da Direção de Ensino e Instrução. Na Academia Militar, foi Professor das matérias de Armamento e Tiro dos Cursos de Saúde Militar e Professor Adjunto das Cadeiras B203 e B222 dos Cursos das Armas e Serviços. No Quartel-General da Região Militar do Norte foi Chefe da Secção de Informações e Segurança e Oficial de Relações Públicas. No Estado-Maior do Comando do Pessoal do Exército, foi Adjunto da Repartição de Planeamento, Operações, Informações e Segurança e Adjunto da Repartição Técnica para o Gabinete Técnico de Toxicodependências. Ainda como Capitão foi Ajudante de Campo do Exmo. Tenente-General Comandante da Região Militar do Norte.

Cumpriu uma Comissão de Serviço no Teatro de Operações de Timor-Leste, como Comandante de um Destacamento de Operações Especiais

V — Condecorações e Louvores

Da sua folha de serviço constam 7 Louvores: 1 concedido pelo General CEMGFA, 3 por Tenente-General e 3 concedidos por Coronel.

É condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 3.ª Classe, a Cruz de S. Jorge de 3.ª Classe, a Medalha de D. Afonso Henriques de 2.ª Classe, a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, a Medalha Comemorativa das Comissões de Serviços Especiais das Forças Armadas e Medalha da ONU UNTAET.

209656638

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 8111/2016

Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, defiro o pedido de escusa do cargo de juiz social, da 1.ª secção de família e menores de Lisboa, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, apresentado por Maria da Graça Silva Soares.

6 de junho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

209659246

Despacho n.º 8112/2016

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas da 1.ª secção de família e menores de Viseu, do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, aprovada pela Assembleia Municipal de Viseu, em reunião de 29 de junho de 2015, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

15 de junho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da 1.ª secção de família e menores de Viseu, do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Alzira Maria Venâncio Ferrão
Anabela Almeida Lopes Fonseca
Aníbal Pinhel
António Batista Neves
António Ramalho
Benvinda Silva
Cristina Brasete
Dário Costa
Graça Aparício
Isabel Maria Neto Neves
José Carlos Vieira
Maria Helena Figueiredo Rebelo
Martinho Rodrigues
Orlandina Amália Faria
Paulo Machado

Suplentes:

Ana Paula Martins de Meneses
Ana Paula Santana
Célia Cunha Fernandes
Célia Franco
Dílio Marco Francisco
Emília Dias
Esperança do Rosário Jales Ribeiro
Infância Pamplona
Joaquim António Simões Almeida Marques
José Carreira
José Esteves Correia
Maria Leonor Costa Dias
Maria Prazeres Gonçalves de Almeida Domingues
Natália Manuela Almeida Carvalho Mendes
Paulo Pina

209659798